

Saudação a Eliana Sousa Silva por sua posse na Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência no dia 27 de março de 2018, na Sala do Conselho Universitário da USP

Helena Katz

A fala é minha, mas vou começar com uma frase da Eliana, de um artigo publicado no jornal "O Globo", em 27 de fevereiro de 2014, com o título "Por que a polícia é tão violenta?". Na frase, ela diz se ver "como alguém que se constituiu no mundo a partir da Maré".

Foi assim que se apresentou para os seus leitores. E esta sua frase, na qual declara "se constituir no mundo a partir da Maré", marca, com muita precisão, que eu não posso compreendê-la na sua inteireza porque não me constituí no mundo a partir desse mesmo lugar. E compreender isso é fundamental para saber como participar das importantes lutas que precisamos continuar a lutar, no nosso país. Entender isso é um ponto de partida para se aproximar do que ela faz.

Porque mesmo sem essa condição de compreender na sua inteireza, todos os que se encontram na mesma posição que eu, todos nós não apenas podemos, como devemos buscar nos aproximar do que Eliana vem realizando na Maré, onde chegou pouco antes de fazer 7 anos, vinda de Serra Branca, da Paraíba, migrante, com a sua família, no período em que a seca expulsou muitos de lá. Chegou na Maré. Lá morou por 28 anos, mas de lá nunca mais saiu. Esse é seu modo de nos mostrar que o verbo estar, quando se associa ao verbo pertencer, produz o comprometimento que define o modo como cada um se coloca no mundo. Identificar isso também faz parte da condição para se aproximar do que ela faz.

Mas vai ser necessário informar um pouco sobre a trajetória que tanto a destaca, uma vez que é a importância dessa trajetória que a faz estar aqui hoje, assumindo uma cátedra em uma Universidade pública que apenas no ano passado aderiu às cotas via Enem – ou seja, uma

Universidade pública da importância desta, que tão tardiamente aceitou a forma mais democrática de não perpetuar a desigualdade contra a qual Eliana vem trabalhando.

Participando de movimentos comunitários desde cedo, aos 22 anos se tornou uma muito jovem Presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda, uma das 16 favelas que constituem o Complexo da Maré, o gigantesco conjunto de favelas que se localiza em uma área urbana central, pois, quem entra no Rio de Janeiro, passa pela Maré. Apesar desse tamanho tão grande, que equipara, no Brasil, a Maré a uma cidade de porte médio, pois 80% dos municípios brasileiros são menores, até 1980, ela não figurava no mapa da cidade. Eliana, então, se dedicou a fazer do território uma questão de cidadania, porque, como já nos ensinou, “a efetividade da política passa pela escolha de um território”.

Naquele artigo para o jornal “O Globo”, de 2014, nos chama a atenção para algo do qual não nos damos conta sozinhos, justamente porque nos falta a familiaridade com o que é “se constituir no mundo a partir da Maré”. Eliana nos explica que “o morador da favela não compartilha do mesmo conceito de segurança dos que residem em locais de maior padrão de renda”. Vou repetir: “o morador da favela não compartilha do mesmo conceito de segurança dos que residem em locais de maior padrão de renda”. E completa, dizendo algo que, infelizmente, ainda não mudou as ações dos que decidem, que insistem em ignorar que essa diferença “é uma pista interessante para compreender as razões da intolerância e descrédito na relação da população com a polícia.”

(A intervenção militar, hoje instaurada no Rio de Janeiro, é um dos indicadores de que os supostos beneficiários ainda não são ouvidos sobre o que se decide fazer a seu “favor”)

O que podemos aprender com isso? Podemos aprender que o mundo não é o mundo que leio a partir das minhas referências. Que o mundo é maior do que as minhas referências. E isso é ainda mais precioso de ser

lembrado em tempos de *Me, Myself and I*, época na qual os novos hábitos cognitivos que estamos desenvolvendo nessas tantas horas que passamos na frente das telas todos os dias, que esses hábitos que nos fazem crer que posso mesmo deletar tudo o que não me agrada, incluindo as pessoas e suas ideias; e que se manifestar é sinônimo de pressionar a tecla Curtir ou, no máximo, assinar alguma petição, da qual não mais se toma conhecimento depois de pressionar a outra tecla, a de Enviar.

Estes novos hábitos cognitivos, que agora nos constituem, fazem de nós sujeitos intolerantes ao outro, àquele que não profere as palavras de ordem que eu profiro, e que também se engana, como eu, porque também confunde a repetição de palavras de ordem com a produção de um discurso crítico. Nós dois, eu e esse outro, não mais atentamos para o risco da repetição de palavras de ordem que se transformam em senhas de acesso usadas somente entre os iguais. Neste cenário, não nos damos conta de que vamos desacostumando com as práticas de diálogo, sem identificar o risco que isso traz.

Foi na busca de inventar possibilidades para o diálogo inexistente entre um lugar como a Maré e a cidade na qual se insere, que o trabalho da Eliana foi sendo movido. Exemplo: atentos para a necessidade de difundir o conhecimento onde ele não circulava e, por não circular se tornava um agente perpetuador da desigualdade, Eliana e Jaílson, em 1997, reuniram um grupo para a criação do primeiro Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré. Seu objetivo? Oferecer aos jovens daquele complexo de favelas, então com 130.000 habitantes (hoje são 140.000), uma oportunidade igualitária de acesso à Universidade. Dos primeiros 90 alunos, 33 entraram nas Universidades Federais do Rio de Janeiro. Hoje, já são mais de 1.600. Uma mudança construída ano após ano, e que fez com que o menos de 0,5% de moradores da Maré que chegava à Universidade em 1997, hoje, esteja ampliado para 2%. Os familiarizados com os rigores da estatística, sabem avaliar que uma expansão que

quadruplica uma porcentagem revela uma conquista muito, muito importante.

Eliana começou cedo a construção dos “espaços de escuta” que vão atar as tantas ações que vem realizando na Maré. Eles se fortalecem em 2009, com a fundação da Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes), a organização não-governamental que passou a coordenar. A Redes pratica a lenta gestação de um processo de autonomia: este é o diferencial que imprime ao que faz. Um exemplo, para deixar mais bem-entendido: o Movimento "A Maré que Queremos" é uma parceria entre a Redes e as associações de moradores da Maré, que se dedica a promover uma mobilização social e a ser um fórum permanente para debater questões estruturais, como o acesso a serviços e direitos, segurança pública e melhoria da qualidade de vida nas comunidades da região. Ou seja, na REDES, formaliza o que já vinha realizando: a mobilização dos moradores para propor o que precisa ser mudado no lugar onde vivem.

Depois de tantos anos dimensionando a complexidade da Maré e enfrentando muitos percalços, formulou os cinco eixos necessários, no campo dos direitos à cidadania, para produzir a mudança na qualidade de vida dos moradores da Maré. São cinco dimensões, cinco campos de trabalho: 1) educação, componente fundamental para a autonomia, já presente naquele primeiro cursinho de Pré-Vestibular; 2) arte e cultura, no qual destaco o Centro de Artes da Maré, local criado em parceria com a coreógrafa Lia Rodrigues, que lá desenvolve, com um sucesso cada vez mais palpável, as formas de autonomia que a dança pode promover em comunidades como aquela; 3) comunicação, como, por exemplo, a produção do jornal Maré de Notícias, distribuído de porta em porta, gratuitamente; 4) desenvolvimento territorial: direito a um endereço e a um CEP, com a produção de um Guia de Ruas, trazendo a possibilidade do morador da Maré poder, por exemplo, comprar uma geladeira e tê-la entregue na sua casa; 5) segurança pública: um tema-tabu em um lugar onde todos têm medo da polícia e do Estado.

Mas a segurança pública constitui uma dimensão fundamental em um território no qual a violência impede o funcionamento dos equipamentos disponíveis. Exemplo: depois de muita luta, hoje, a Maré conta com 44 escolas de Ensino Fundamental, número importante de ter sido conquistado, é claro, mas ainda distante do número necessário para fazer do direito à educação uma possibilidade para todos os seus habitantes. Todavia, a esses números precisa ser agregado outro dado, indispensável para nos aproximarmos da complexidade do que lá se passa: entre a existência das escolas e a possibilidade de elas poderem funcionar como funcionam em outros locais, existe uma distância, que é tecida pelo cotidiano de convivência com os tiros, que, diversas vezes por mês, impedem a livre circulação pelas ruas. O dado mais recente, publicado no Relatório sobre o Direito à Segurança Pública na Maré, informa que em 2017, as crianças e jovens de lá foram impedidos de ir à escola por 35 dias. É muito tempo em um ano escolar, desperdiçado por esse único motivo. Quem assistiu os telejornais de ontem viu como as crianças precisavam ficar deitadas no corredor para que os tiros não as alcançassem nas suas salas de aula. Ou seja, a esse número já absurdo, precisará ser acrescentado o dos dias em que até se pode ir para a escola, mas lá não se poderá ter aula.

A REDES desenvolve mais de 20 projetos com arte, cultura e educação, apoiados na relação da cidadania com a segurança pública. Não cabe ficar aqui apresentando as características de cada um deles, para além dos já brevemente citados (mas recomendo, aos que se interessam pelo Brasil, conhecê-los).

Daquela cátedra de espaldar alto, na qual se assentavam os ilustres, daquele entendimento de cátedra que se disseminou no Gótico, para esta, que Eliana Sousa Silva passa a ocupar hoje, o que mais interessa, me parece, é a singularidade do que exatamente está sendo posto para ser “notado à distância” – afinal, “ser notado à distância” era o sentido

original deste tipo de assento chamado de cátedra, e, por isso, precisava ficar em um tablado, em um plano superior.

Suponho que os que estão aqui presentes conhecem a relação da Universidade com a cátedra, e, sobretudo, a relação da Universidade brasileira com a cátedra, e não vou ocupá-los recontando essas duas histórias. Só as trago aqui para nos ajudarem a lembrar das relações da cátedra com o poder, que, no nosso caso, precisa ser olhado a partir do fato de que o “espírito da cátedra” foi instituído no Brasil com a chegada de D. João VI, nosso colonizador, em 1808, e, mais tarde foi aqui legalizado, já no Império, por outro colonizador, D. Pedro I¹, que aqui instaurou o sentido de propriedade da cátedra², que vai durar por muito tempo, com as características já tão bem conhecidas. Porque será apenas na Constituição de 1967 que o privilégio de vitaliciedade da cátedra será revogado e, em 1968, no ano seguinte, (Lei 5.540/68), a cátedra será extinta da organização do ensino superior brasileiro.

A cátedra que nos reúne aqui hoje tem dois programas: o Programa Líderes na Arte, Cultura e Ciência, e o Redes Globais de Jovens Pesquisadores, e ela segue o padrão adotado por outra, também aqui da USP, a Cátedra José Bonifácio, do Centro Ibero-Americano (Ciba) na ação de convidar uma personalidade para ministrar atividades acadêmicas na Universidade durante um ano letivo. A cátedra, que aqui nos reúne hoje, é uma iniciativa do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, em parceria com o Instituto Itaú Cultural, sendo a primeira cátedra de arte e cultura desta Universidade. Na ocasião de seu lançamento, no dia 17 de fevereiro de 2016, o então reitor, Prof. Marco Antonio Zago, destacou o “fortalecimento das relações da Universidade com o setor produtivo”. Quando se considera a ameaça, que parece se adensar cada vez mais, de

¹ A Carta de Lei de 11 de agosto de 1827 institui os primeiros cursos jurídicos, em São Paulo e em Olinda

² Carta de Lei de 1827

privatização do ensino público, o fortalecimento desse tipo de aliança não apenas chama a atenção como ganha uma outra relevância. Mas a iniciativa de convidar, nesse mesmo contexto, a representante de um trabalho da natureza deste que Eliana Sousa Silva faz para ser a titular desta cátedra, esse gesto também ganha relevância, assim como o fato de, na sua terceira edição, esta cátedra passar a ser ocupada por uma mulher. Estas duas ações (o fato do convite ter sido feito para Eliana, e a cátedra ser agora ocupada por uma mulher), ambas são louváveis porque dão visibilidade para questões fundamentais, hoje, no nosso país, questões para as quais a Universidade precisa mesmo abrir os seus espaços.

Estamos aqui, duas estrangeiras: Eliana, que está sendo trazida do Rio de Janeiro, e eu, que não sou da USP, para oficializar esta terceira ocupação de uma cátedra que tem o nome de um banqueiro, em um país onde a atuação dos bancos e a produção de desigualdade formam um par ordenado que tem se mostrado mais resistente do que devia às mudanças que se fazem necessárias para a construção de uma sociedade mais justa. Por isso, a singularidade do que aqui se instaura, a partir de agora: afinal, os 20 projetos que a Redes vem tocando, atuam justamente aí, na redução dos danos que essa desigualdade continua a promover.

Em 2009, um garoto chamado Juan morreu na Maré, com uma moeda de 1 real no bolso. Havia saído para comprar pão. Marielle Franco e o advogado defensor de direitos humanos João Tancredo, que conviveram por 11 anos na Maré, foram até lá. Os moradores se organizaram em uma Manifestação, que foi "escoltada" por um Batalhão de Choque. Um policial abordou agressivamente um garoto, acusando-o de estar "abusando das palavras de ordem", e Marielle respondeu ao policial: "Não há exageros quando estamos dentro da legalidade. Não somos proibidos de pensar". Nesta fala de Marielle, ecoa o que Eliana faz. No que Marielle fazia, ecoava a voz de Eliana: ações das duas sempre buscaram demonstrar que não se pode proibir o morador da Maré de pensar no que o envolve.

O lugar de onde vejo o trabalho da Eliana ainda é um lugar distante daquele onde ela o realiza, porque nunca dividi uma cama com mais cinco pessoas, como ela, em um barraco de 50m². Tenho essa noção. Sei que nunca compreenderei, na sua inteireza, o que é “se constituir no mundo a partir da Maré”.

E, justamente por saber que meu olhar será sempre impreciso, parcial e incompleto, é que entendo que o meu papel, e o daqueles que também não têm essa mesma experiência da Eliana, mas que se sentem por ela convocados, o nosso papel é o de buscar construir algo que, por enquanto, infelizmente, ainda permanece sendo uma palavra vaga, praticamente ainda sem objeto: a solidariedade. Uma solidariedade entendida enquanto um estado permanente a guiar uma indispensável prática de ações continuadas. Solidariedade como uma prática continuada.

Eliana atua em um lugar no qual um garoto assassinado com uma moeda de 1 real no bolso passa a ser estatística, de tão cotidiano se tornou esse tipo de violência. Talvez por isso, quando encontrei uma foto, em uma das Manifestações recentes por mais uma das mortes que não podem se naturalizar e não podem ficar sem que os responsáveis sejam punidos – era uma Manifestação contra o assassinato de Marielle - nela vi algo que me pareceu sintetizar o que poderemos aprender com as futuras ações da Eliana nessa cátedra. Se, ao fim da sua colaboração, daqui a um ano, tivermos aprendido que a Universidade não pode continuar afastada da favela, se tivermos melhorado a relação ainda quase inexistente entre o lugar onde se produz o conhecimento e os lugares onde esse conhecimento devia chegar, mas não chega, teremos dado um passo importante na construção dessa cidadania que só surge pela via da autonomia. E isso só será conquistado quando a Universidade e aqueles que não têm acesso a ela puderem se frequentar.

Esta frase, que vi na Manifestação, parece reunir, ao mesmo tempo, Eliana, os que trabalham com ela, e tudo aquilo pelo qual ela trabalha. A frase é a seguinte: LUTO TAMBÉM É VERBO.

Cabe a nós fazermos a nossa parte.

Bibliografia

FÁVERO. Maria de Lourdes de Albuquerque. Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão, em www.23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.